

PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO DE SITIOS AUTÊNTICOS: ALGUMAS REFLEXÕES.

DANILO AMPARO RANGEL¹; JULIANE CONCEIÇÃO PRIMON SERRES²;

¹Universidade Federal de Pelotas – drangeldanilo@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – julianeserres@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este resumo apresenta um recorte da pesquisa Patrimônio em lugares de sofrimento: os dilemas da transmissão, que vem sendo desenvolvida no Departamento de Museologia, Conservação e Restauro da Universidade Federal de Pelotas com apoio da FAPERGS. Neste texto objetivamos discutir a categoria de memorial a partir da apropriação de locais que foram palco de mortes coletivas, seja por meio de tragédias ou por crimes perpetrados por estados ditatoriais. Cabe-nos refletir a cerca do que representa a apropriação destes espaços em um fenômeno moderno e ocidental. Bem como as formas de transmissão destas memórias difíceis.

Nossa investigação dá-se por meio de revisão bibliográfica a partir de autores e autoras que discutem o campo de patrimonialização de memórias traumáticas em sítios específicos, como define ROBIN em categorizar os “sítios autênticos” (2014) como espaços que carregam as marcas do fato que ali ocorreu. Além disso, amparamo-nos na construção reflexiva de DIDI-HUBERMAN (2017) ao reapresentar-nos Auschwitz-Birkenau a partir de uma perspectiva crítica a respeito da forma como este sítio autêntico transmite a memória da Shoah. Junto a isso dialogamos com HUYSEN (2000) que evidencia a existência de um processo globalizador da memória a partir da metade do século XX.

2. METODOLOGIA

Nosso trabalho foi realizado por meio de revisão bibliográfica, definida por GIL (2002) como a investigação de material produzido em livros e/ou artigos acadêmicos objetivando a cobertura de uma gama de reflexões maior do que poderia ser realizado tão somente por investigação in-loco. Assim, debruçamo-nos em obras que discutem os paradoxos da memória e da patrimonialização de espaços de dor e morte. Sendo estes trabalhos resultado de reflexões e análises de objetos ligados a Shoah, tragédias e guerras. Partimos assim da escolha do tema, de levantamento bibliográfico preliminar, formulação do problema, busca das fontes e leitura do material, fichamento e redação de texto conforme especifica GIL (2002).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao se falar em memória e patrimonialização de sítios de dor e sofrimento, atualmente, nos deparamos com a necessidade em se compreender que estes movimentos compõem um processo contemporâneo de expansão, conforme defende HUYSEN (2000), por meio dos processos globalizadores da memória oriundo dos discursos pós Holocausto, definido assim por ele. Nesse sentido, interessa-nos a própria forma como a sociedade ocidental

encara a memória, seja pelo medo do esquecimento ou pelo desejo da recordação total, ou pela própria redenção pela memória, que atualmente substitui os anteriores processos de restituição e reconciliação, quando o autor cita a Shoah (HUYSEN, 2000). Junto a ele, TORNATORE (2009), defende, por meio da ideia de ‘proliferação’ as possibilidades de memorialização, que tornam o processo de rememorar democrático. O autor argumenta que a proliferação, não se enquadra somente pela diversidade dos objetos, mas sim pela possibilidade de que os grupos atingidos e/ou envolvidos encontrarem eco na definição desses indicadores patrimoniais, agora não somente de ação protagonizada pelo estado, e com diversos porta-vozes (TORNATORE, 2009).

Ainda em se tratando deste campo buscamos observar as ações de cristalização dessas memórias a partir do que CANDAU (2010) denomina como mnemotropismo, definido como fervor ao patrimônio. Fenômeno que dá origem a uma devoção imediata, dialogando com o presentismo definido por Hartog (1996), quando nos apresenta a noção de regime de historicidade, analisando o fenômeno do olhar do presente sobre si mesmo prevendo o passado.

Em meio a expansão desenfreada das possibilidades memorialísticas, HUYSEN (2000) enfoca na banalização, contrapondo o termo de proliferação, utilizado com outro sentido por TORNATORE (2009), agora significando a disseminação de iniciativas relacionadas a um evento memorial como um risco. Assim, citando a Shoah, argumenta que “[...] a construção de mais e mais memoriais e monumentos ao Holocausto também pode não ser uma boa solução para os problemas da rememoração” (HUYSEN, 2000, p. 79). Colocando-nos a pensar a eficiência destes lugares, no que diz respeito ao atingir de seus objetivos pedagógicos.

Como uma das possibilidades resultantes dessa discussão, sabemos que ao mesmo passo que existem forças de intensa memorialização, efetivas ou não, manifestam-se mecanismos do esquecimento a compor a seara da memória, sobretudo aquelas consideradas difíceis. Nesse sentido, defende MICHEL que alguns processos que abalam sociedades, em diversos momentos históricos “em razão de seu peso traumático e sua carga emocional, tendem a ser rejeitados da esfera consciente das lembranças [...]” (MICHEL, 2010, p. 17), ou ainda que nestes casos, quando estão relacionados a esfera pública podem ter negados “trechos inteiros da história coletiva em benefício, na maior parte dos casos, de lembranças que tornam a realidade mais apaziguadora ou mais aceitável.” (idem).

Crendo na ancoragem ou apagamento dessas memórias nos lugares, empreendemos olhares para as significações físicas resultantes destes movimentos e recorremos a conceitos que dão corpo ao campo destes espaços. Nessa investigação deparamo-nos com as definições de ROBIN (2014) a respeito dos lugares de memória e os sítios autênticos, o primeiro referindo-se aos Lieux de NORA (1993), aqueles que implicam decisão, são artificiais e criados a partir de vontade de fazer memória e o segundo significando aqueles que deram lugar aos acontecimentos, que carregam de alguma forma essa marca (2014). Nesse sentido, defende que “Hay que distinguir, entonces, la memoria de los lugares de los lugares de memoria”. (ROBIN, 2014, p. 125). Discutindo a criação e problemáticas para os processos de transmissão nestes lugares, resultado do que chama de mundialização da memória, citando acontecimentos que são tratados em memoriais e museus distantes de seu lócus, colocando questões de autenticidade, dos discursos, turismo da memória, simulacros, presenças e ausências, entre outras problemáticas destes espaços.

Conscientes das características que dotam cada tipo de lugar, necessitamos perceber as questões que dizem respeito às formas que fazem com que estes sejam definidos como pontos de ancoragem da memória. Estes podendo ser resultantes de processos de lutas sociais (JELIN; LANGLAND, 2003 apud FABRI, 2013) e/ou de políticas públicas de memória (FABRI, 2013).

Tocando assim, em questões que dizem respeito às formas de lembrar, uma vez que “en estas luchas por la marcación en el territorio existen ciertas pugnas sobre lo que efectivamente se recordará, sobre cómo se recordará, a través de qué vehículos y de qué elementos”. (FABRI, 2013, p. 96). Sendo necessário apreender a captar os contornos subjetivos de cada iniciativa, investigando assim suas escolhas conceituais que dizem respeito ao que será lembrado; as formas referentes ao como será lembrado; por fim as educacionais a respeito de como será transmitido.

Nesse mesmo sentido, problematiza DIDI-HUBERMAN a respeito das formas como projetamos a transmissão da memória destes lugares marcados, indagando-nos se “[...]cumpre então simplificar para transmitir? Embelezar para educar? [...] temos de mentir para dizer a verdade? (2017, p. 48) Tratando da análise do museu Estado de Auschwitz-Birkenau. Por fim, o autor pergunta-nos “Auschwitz deve ser esquecida em seu próprio lugar, para construir-se como um lugar fictício destinado a lembrar de Auschwitz? (idem).

4. CONCLUSÕES

Sendo assim, nesta breve revisão bibliográfica foi possível investigar obras vinculadas ao universo de patrimonialização de memórias traumáticas, desde as forças que dão surgimento ao movimento de globalização das ações de memória, até as formas como estas podem ser tratadas a depender de como a sociedade que trata deste tema deseja levar a frente e transmitir a memória do fato.

Compreendemos que são distintas as estâncias patrimonializadoras, podendo ser uma ação dirigida pelo estado ou mesmo pela sociedade civil, como ferramenta de reivindicação a memória das vítimas de crimes, tragédias e outros. Além disso, deparamo-nos com a febre memorial, que em tempos modernos de conexões e resultados imediatos acabam por possibilitar mais e mais meios de memória, e que isso, de algum modo pode acabar apresentando próprio risco para a memória do fato que está sendo tratado. Sendo a banalização um dos riscos mais iminentes neste novo universo da memória.

Em contrapartida, a partir da reflexão proposta nas obras aqui apresentadas podemos considerar que existem disputas cadentes entre forças que desejam rememorar a qualquer custo, com outros movimentos de avassalador esquecimento e apagamento do tema em questão. Sejam estes resultados de ações conscientes políticas ou mesmo reflexo de um trauma latente a toda sociedade, que por sua vez desconsidera o fato e o lega ao ostracismo. Assim, cabe-nos distinguir estas correntes e contracorrentes quando nos deparamos com estes objetos.

Por outro lado, percebe-se a necessidade em analisar os fenômenos de memória a partir do lócus em que tratamos o trauma, sendo necessário perceber que os movimentos que acompanhamos enquadram-se em uma memória ancorada em um local específico, ou se o tema que tratamos desenvolve-se distante de seu sitio de origem, ou mesmo se tal caso possui este local.

Por fim, que devemos ser conscientes dos enquadramentos que são dados a estes casos memoriais, percebendo se o recorte que se aplica a estes dizem

respeito a um movimento de mascarar o lócus e sua memória com objetivo de transmiti-la aos públicos de algum modo não vinculados ao fato tratado. Correndo o risco da banalização da memória das vítimas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

DIDI-HUBERMAN, G. **Cascas**. São Paulo: Editora 34, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. 175p.

HUYSEN, A. **Seduzidos pela memória. Arquitetura, Monumentos, Mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. 116p.

Artigo

CANDAU, J. Bases Antropológicas e Expressões mundanas da busca Patrimonial. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 43-58, 2010.

FABRI, S. M. Lugares de Memoria Y Marcación Territorial: Sobre la recuperación de los centros de detención en Argentina y los lugares de memoria en España. **Revista Colombiana de Geografía**, Bogotá, v. 22, n. 1, p. 93-108, 2013.

HARTOG, F. Tempo e História: Como escrever a história da França hoje? **Revista História Social**, Campinas, n. 3, p. 127-154, 1996.

MICHEL, J. Podemos falar de uma Política do Esquecimento. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 3, p. 14-26, 2010.

PIERRE, Nora. Entre memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

ROBIN, Régine. Sitos de memoria e intercambios de lugares. Clepsidra. **Revista Interdisciplinaria de Estudos sobre Memoria**, Buenos Aires, n. 2, p. 122-145, 2014.

TORNATORE, Jean-Louis. Patrimônio, memória, tradição etc.: discussão de algumas situações francesas da relação com o passado. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 7-21, 2010.

Documentos eletrônicos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Vice-Reitoria. Coordenação de Bibliotecas. **Manual de normas UFPel para trabalhos acadêmicos**. Pelotas, 2019. Revisão técnica de Aline Herbstrith Batista, Dafne Silva de Freitas e Patrícia de Borba Pereira. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/sisbi/normas-a-ufpel-para-trabalhos-academicos/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.